

## **A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER E A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NATAL/RN**

Berenice Pinto Marques – UFRN

### **Resumo**

Este artigo compõe-se dos fatos históricos que deram origem à Secretaria Municipal de Educação de Natal, no Rio Grande do Norte (doravante SME), no período compreendido entre 1960 e 1964, e mostra os enlaces desses nos fatos políticos de então, com ênfase na Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, tendo nesta sua principal influência. Na época, a SME já preconizava e desenvolvia uma prática educativa democrática, ancorada nos princípios de libertação do povo, logo favorecendo a participação popular, contribuindo para a construção e reconstrução das práticas pedagógicas na educação municipal. A metodologia utilizada na pesquisa, de caráter qualitativo, contempla a análise documental e bibliográfica, reunindo autores que vêm dialogando com a temática, no sentido de evidenciar a relevância dos fatos históricos ocorridos na cidade de Natal do estado do Rio Grande do Norte, no processo de criação da SME.

**Palavras-chave:** Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler. Secretaria Municipal de Educação de Natal. Escolinhas. Acampamento Escolar.

A narrativa histórico-educacional ora apresentada reúne os fatos ocorridos no final da década de 1950 e nos primeiros anos da década de 1960, na cidade de Natal, fatos esses caracterizados pela existência de vários movimentos sociais nas Zonas urbana e rural, como também a existência de um período de crise política, estritamente vinculada a crise econômica, o que resultou em um dos Movimentos Educacionais mais importantes no Brasil e, sobretudo, no Nordeste. Especificamente na cidade de Natal, a existência desses movimentos sociais provocou uma grande mobilização na área educacional, dando origem à Secretaria Municipal de Educação.

No interior desse processo de mobilização, onde o poder político e reivindicativo das classes populares, que lutavam pelas reformas de base, começava a despontar, surgindo os movimentos e campanhas de educação e cultura popular cujas propostas eram diferentes do que, até então, era proposto em prática no Brasil.

Nesse período, notadamente entre 1956 e 1959, ocupava a cadeira do executivo municipal – em seu primeiro mandato – o Prefeito Djalma Maranhão, com a postura política de denunciar o imperialismo e o latifúndio, colocando-se favorável a um poder nacionalista, democrata e popular, dentre cujas metas de governo se inseria uma

considerada a principal, qual fosse, a erradicação do analfabetismo, contando para isto a implantação do Programa Municipal de Ensino, com a instalação das *Escolinhas*, locais esses cedidos gratuitamente à Prefeitura para instalar as classes de alfabetização. Eram salas cedidas gratuitamente e localizadas em sindicatos, clubes, igrejas, casas residenciais, etc., a partir de janeiro de 1957, como também existia as atividades desenvolvidas no Ginásio Municipal de Natal. Registre-se que o Programa se revestia de um caráter social, trazendo em si o vínculo com os movimentos populares existentes.

Saliente-se que a Prefeitura já dispunha de 88 então chamadas *Escolinhas* – terminologia esta vigente nesse momento histórico –, bem como do Ginásio Municipal de Natal, onde se realizavam ações educacionais focadas no processo de alfabetização, eminentemente destinadas a crianças residentes nos bairros mais afastados do centro da cidade, portanto menos favorecidos socioeconomicamente. Assim se assegurava o espaço físico em que seriam oficialmente instaladas as classes de alfabetização sendo assumindo, pelo município, os custos de um *pró-labore* para as regentes de classe, o fornecimento de livros, cadernos, mobiliários e utensílios para a merenda escolar que na época era fornecida pela UNICEF. Tais determinações – para atender a todas as demandas em vários bairros da cidade de Natal – impuseram uma grande mobilização de todos na luta para erradicar o analfabetismo, o que implicou a necessidade do estabelecimento de parcerias com os sindicatos, igrejas, cinemas, clubes e casas residenciais.

Em 1960 Djalma Maranhão, já em seu segundo mandato – dessa feita eleito pelo voto do povo –, organizou a Secretaria Municipal de Educação (SME), designando o educador Moacyr de Góes como Secretário de Educação para viabilizar o programa de governo gerado pelos 240 *Comitês Nacionalista*, estes configurados pelos agrupamentos de homens e mulheres que recebiam o Prefeito para discutir os problemas dos bairros e da cidade, em uma casa comum de uma rua qualquer. Desse modo, organizados setorialmente em Convenções de Bairros, composto por políticos, intelectuais, estudantes, líderes sindicais e de líderes de bairros, discutiam-se e aprovavam-se as propostas para compor o novo programa político-administrativo para o município de Natal, referia-se também sobre a erradicação do analfabetismo. Podemos registrar que estudantes tiveram uma participação ativa, inclusive instalando um *Comitê Estudantil Nacionalista*.

Elaborada com a participação do povo, essa nova proposta para a educação cuja orientação partiu do então Prefeito Djalma Maranhão, definiu a educação e a cultura

sendo a meta número um do seu Governo, reivindicação nascida nas reuniões dos *Comitês Nacionalistas* e homologado pelas Convenções de Bairros.

O desafio para a erradicação do analfabetismo alcançou maior expressividade na Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, na qual se registra o maior número de reivindicações para a criação da escola, estando presente em todas as Convenções de Bairros, aparecendo nas listagens e elaboradas a partir das reuniões dos *Comitês Nacionalistas*. A Campanha, organizada pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Natal, foi lançada oficialmente em fevereiro de 1961 e abril de 1964, no bairro das Rocas, contando com 2.974 alunos matriculados em 88 *Escolinhas*.

Embora os movimentos e campanhas de alfabetização e cultura popular tenham despontado em todo o Brasil, foi no Nordeste brasileiro o lugar de origem das mais significativas experiências nessa “área” de educação e cultura, como exemplo: o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), a experiência do método de Paulo Freire, onde todos tiveram origem no Nordeste brasileiro.

Outro fato histórico importante de resgatar nesse período foi a existência do *Acampamento Escolar*, com a estrutura de uma escola de palha de coqueiro e de chão de barro batido, sendo essa sugestão de um participante do Comitê Nacionalista das Rocas. O *Acampamento Escolar* é constituído por vários galpões de 30m x 8m, tendo sempre um galpão circular, onde se realizavam as festas culturais do bairro, as reuniões do círculo de pais e professores, a recreação infantil, tendo também função de teatro para as apresentações dos autos folclóricos. Os galpões destinados às salas de aulas, em forma retangular, eram divididos internamente em quatro partes, através de pranchas, utilizadas como quadro-de-giz e quadro mural, não existindo paredes externas. Em 1961, construíram-se dois Acampamentos: o do bairro das Rocas e do Carrasco. Em 1962, o número cresceu para nove *Acampamentos Escolares*, situados nos seguintes bairros periféricos: Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Nordeste, Aparecida e Igapó. A equipe que assegurava a operacionalização de um Acampamento era integrada por um diretor (professor titulado pela Escola Normal de Natal e que acumulava suas funções de gestor administrativo), regentes de classes ou monitoras (“professorinhas”, como eram chamadas), em número suficiente ao atendimento dos três turnos e as recreadoras.

Na inexistência de um magistério qualificado, surgiu a necessidade de capacitar mais de 200 professoras leigas, no período de 1960 a 1961; para isto, foi designada uma

coordenação pedagógica para apreciar os trabalhos docentes desenvolvidos pelas regentes de classe, a fim de que essas dispusessem de um acompanhamento a contento. Competiu, portanto, à professora Margarida de Jesus Cortez as funções de Supervisora Geral da Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* e Diretora Geral do Centro de Formação de Professores (CFP), este criado oficialmente em 27 de dezembro de 1962 pela Lei nº 1.301, cujo objetivo destinava-se para a preparação do magistério municipal, esta configurada como formação das professoras e sua concomitante inserção no Movimento. Neste sentido, cabe registrar que as ilustrações dos primeiros slides utilizados como recurso pedagógico, nas lições dos alunos, eram produzidas no Centro de Formação, pela equipe de estudantes universitários então envolvidos no processo de alfabetização. Porém, cumpre dizer que apesar dos avanços alcançados durante todo esse processo, o trabalho foi interrompido devido ao afastamento do cargo – por motivos políticos – da professora Margarida Cortez.

Em 1964, a Campanha contava com mais de 500 professoras leigas, quantidade essa que lutava pela conquista da educação popular e contra o analfabetismo. As “Professorinhas” – terminologia utilizada na época – lecionavam no bairro em que moravam, sendo, muitas vezes, intermediárias na obtenção da sala gratuita onde conseguiam instalar a *Escolinha*, passando então a serem identificadas como a Professora da Prefeitura.

Assim exposto, devido a existência de 88 *Escolinhas* na Prefeitura – quantidade essa necessária à criação de um órgão administrativo adequado para gerir a educação municipal – nasceu oficialmente a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Saúde, em 19 de dezembro de 1959, através da Lei nº 988.

É importante registrar que foi criado o Plano de Construção e Equipamento de Escolas Primárias com a Lei nº 1.208, de 28 de dezembro de 1961, mas a edificação da rede escolar, em Natal, só ocorreu com a ajuda do Governo Federal por meio do Ministério da Educação, com um investimento no valor de Cr\$ 50 mil, no ano de 1963. A partir desse recurso a prefeitura começa a construir as escolas em salas de aula de alvenaria e outras pré-fabricadas com estrutura metálica, mas não substituindo os Acampamentos Escolares. Com esse Plano, a Prefeitura, em 1963, inaugurou três escolas em agosto, duas em setembro, e a partir de outubro, até dezembro, mais quatorze unidades de ensino.

## REFERÊNCIAS

CORTEZ, Margarida de Jesus. **Memórias da Campanha “De Pé no Chão se Aprende a Ler”**: reflexões sobre a prática pedagógica de ontem e de hoje. Natal: EDUFRN, 2005.

Campanha DE PÉ no Chão Também Se Aprender a Ler – Entrevista com Moacyr de Góes. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 36, n. 22, p. 227-239, set./dez. 2009. (Entrevista com Moacyr de Góes).

DE PÉ no Chão Também Se Aprender a Ler – 43 anos depois, para o educador Moacyr de Góes. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 21, n. 7, p. 217-229, set./dez. 2004. (Entrevista com Moacyr de Góes).

GÓES, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler: 1961-64: uma escola democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.